

XI CONGRESSO

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIA POLÍTICA

30 MARÇO A 1 ABRIL, 2023

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

LIVRO DE RESUMOS

APCP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE CIÊNCIA POLÍTICA

<i>Brasil: divisão ou dualidade eleitoral presidencial?</i>	70
XIAPCP-78887	
<i>Integridade eleitoral e participação democrática: uma preocupação da União Europeia</i>	70
XIAPCP-86734	
<i>A abstenção como barómetro polietimológico da vontade do eleitorado</i>	71
Secção 4: Governação e Política Local	73
A Governação Local e os (In)Constantes Tempos de Mudança (proposta em colaboração com Sónia Nogueira)	73
XIAPCP-19615	
<i>O Papel dos Custos de Transação na Rede de CROs e nos Serviços Médico-Veterinários Municipais em Portugal</i>	73
XIAPCP-20099	
<i>Campanha político-eleitoral no meio digital: uma análise aos municípios do distrito de Bragança (2021)</i>	74
XIAPCP-65409	
<i>Descentralização da Saúde nos Municípios Portugueses e a Perceção das Assembleias Municipais</i>	75
XIAPCP-67236	
<i>Tribunais de Contas e controle social em municípios: estudo comparativo Brasil e Portugal</i>	76
Secção 5: Governação e Política Pública	77
Inovação, Inclusão, Sustentabilidade e Políticas Públicas	77
XIAPCP-26962	
<i>Análise de sentimento nas eleições presidenciais no Brasil: há relação ou influência entre os tweets?</i>	77
XIAPCP-30488	
<i>O desafio da integração de políticas públicas de inovação social em áreas rurais</i>	78
XIAPCP-57625	
<i>DISRUPTION, THE RIGHT TO PRIVACY AND LEGISLATIVE POLICY (Interesse público, direito à privacidade e política legislativa)</i>	79
XIAPCP-57840	
<i>ODS13: o papel do poder local nas políticas públicas de ação climática</i>	79
XIAPCP-59927	
<i>A importância das políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência</i>	80
Desigualdades socioeconômicas, polarização identitária e políticas públicas	81
XIAPCP-55242	
<i>O Espectro da Polarização Identitária nas Desigualdades Sociais</i>	81
Assuntos de moralidade em Portugal: atores e dinâmicas de participação no debate político e público	82
XIAPCP-10464	
<i>O debate público da moralidade nos jornais: uma análise dos artigos de opinião sobre eutanásia no período 2016-2022</i>	82
XIAPCP-41584	
<i>A explicação da reduzida disputa político-moral em Portugal: o papel das elites católicas e religiosas</i>	83

XIAPCP-65409

Descentralização da Saúde nos Municípios Portugueses e a Perceção das Assembleias Municipais

Luís Filipe Mota Almeida - Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Tânia Maia - Município de Braga

Cláudia S. Costa - EsACT-IPB

Filipe Grilo - FEP-UPorto

Resumo:

Nas duas últimas décadas, a descentralização para o nível municipal de governo tem constituído uma das mais importantes estratégias de reforma das administrações públicas europeias. Muitos argumentos têm sido apontados a favor deste movimento. A maior proximidade à realidade local, o conhecimento mais profundo dos problemas e uma resposta mais adequada e proporcional, a otimização de custos e uma maior eficiência, bem como a maior accountability/responsabilização dos eleitos locais e a transparência para com os eleitores. Nesse sentido, Portugal não tem sido exceção e, em 2018, iniciou um processo estrutural de descentralização de competências em múltiplos domínios, incluindo o domínio da saúde, neste caso, aplicável a 201 municípios (em 308 possíveis). Naturalmente, este processo exige dos órgãos municipais, executivo e deliberativo, uma estreita colaboração, pelo que nos parece pertinente, analisar possíveis problemas de assimetria de informação inerentes à ação fiscalizadora do órgão deliberativo, sob o órgão executivo. Assim, e considerando este contexto de governação multinível, o presente estudo tem como objetivo avaliar as perceções dos órgãos deliberativos municipais sobre a condução do processo de descentralização da saúde do nível central para os municípios pelos órgãos executivos, à luz da teoria do principal-agente. Para o efeito são aplicados inquéritos por questionário aos presidentes das assembleias municipais do universo municipal.

Breve Nota Biográfica:

Luís Filipe Mota Almeida - Licenciado em Direito e Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Investigador associado no Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde 2020.

Tânia Maia - Doutoranda em Políticas Públicas, Universidade de Aveiro; Assistente Convidada, Universidade do Minho e Instituto Politécnico de Bragança; Técnica Superior, Município de Braga.

Cláudia S. Costa - Doutorada em Ciências da Administração, pela Universidade do Minho. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB).

Filipe Grilo - Doutoramento em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), com especialização em Crises Financeiras. Professor Auxiliar Convidado da FEP-UPorto e professor e consultor na Porto Business School.

Palavras chave: Descentralização de competências, Saúde, Assembleia Municipal, Câmara Municipal.